

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - AP

## Termo de Referência 41/2025

## Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
41/2025	390071-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - AP GEAN CARLOS SOBRINHO GOMES	09/04/2026 15:06 (v 0.11)
Status		
ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	27/2025	50008.001308/2025-37

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS PÚBLICAS DE PEQUENO PORTE – IP4.

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

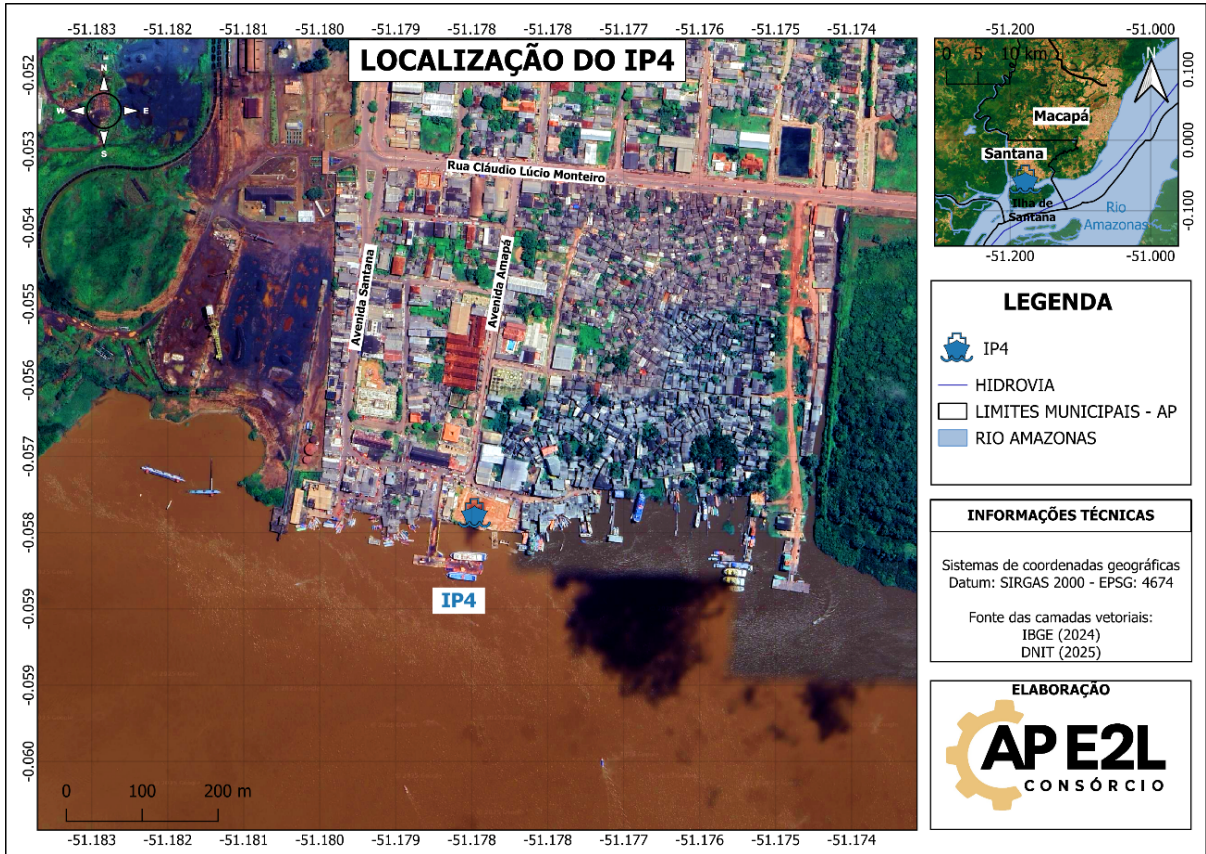
1.1. O presente procedimento tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Operação e Manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, no Município de Santana no Estado do Amapá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste expediente, visando atender as necessidades da Superintendência Regional do DNIT do Estado do Amapá.

1.2. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4, do município de Santana no Estado do Amapá, por meio de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com o critério de julgamento de menor preço e o regime de empreitada por preço global, nas quantidades de demanda conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Operação e Manutenção de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4 no município de Santana/AP.	20206	Serviço	01	R\$ 3.068.664,71	R\$ 3.068.664,71

1.3. O escopo compreenderá a realização dos serviços de operação e manutenção, incluindo serviços comuns de engenharia, por englobar serviços de execução de rotinas preditivas, preventivas e corretivas, a serem realizados com o objetivo de preservar as características técnicas e físico-operacionais, regulação dos sistemas de ancoragem e de fundeio, além de provimento de equipe técnica qualificada, visando a plena regularização das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte do Município de Santana/AP, no intuito de atender as demandas inerentes à Superintendência Regional do DNIT do Estado do Amapá, mediante contratação de empresa especializada para a execução.

- 1.4. A operação e manutenção de IP4s são consideradas SERVIÇOS COMUNS, pois suas especificações de desempenho e qualidade podem ser definidas de forma objetiva, com base em padrões de mercado, conforme inciso X do Artigo 6º da Lei 14.133/21.
- 1.5. O serviço a ser contratado apresenta padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente, por meio das especificações usuais praticadas pelo DNIT, Instruções Normativas, Instruções de Serviço, Manuais e Normas técnicas, ABNT, a qual se enquadra no estabelecido pelo Acórdão nº 2.932 /2011 do TCU, podendo, portanto, ser licitado na modalidade Pregão.
- 1.6. Em face de que o objeto desta licitação contempla atividade essencial ao órgão no desempenho de suas atribuições, que se interrompida, pode comprometer a continuidade de suas atividades, os serviços de operação e manutenção serão prestados em CARÁTER CONTÍNUO, estendendo-se por mais de um exercício financeiro.
- 1.7. A realização das atividades a serem executadas, como supra consistido, contempla a IP4 do Município de Santana no Estado do Amapá, cuja localização logra-se conforme abaixo:



- 1.8. O Regime será de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em forma de disputa **ABERTA**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO**, sendo a solução mais adequada e vantajosa para a Administração no escopo em questão, nos termos do Art. 29 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.8.1. Não existirá agrupamento de itens, instruindo-se a presente contratação pelo certame sob ITEM ÚNICO, visto que o agrupamento é a opção mais viável e tecnicamente justificada para a contratação dos serviços de Operação e Manutenção da IP4 de Santana/AP, considerando que tal solução aventa-se alinhada com o que preconiza a Lei nº 14.133/2021 em seu Art. 40, parágrafo 2º, que permite o agrupamento de itens em lotes visando a otimização da contratação.
- 1.8.2. A operação e a manutenção são atividades interdependentes que se complementam, visto que manutenção qualitativa garante a operação segura e eficiente. Fracionar os serviços em lotes diferentes, no caso de um lote para operação e outro para manutenção, poderia gerar conflitos de responsabilidade e dificuldades de gestão, caso a responsável pela operação alegue que problemas foram causados pela de manutenção.
- 1.9. O valor global total estimado para a contratação ora instruída perfaz-se no montante de R\$ 3.068.664,71 (três milhões e sessenta e oito mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), a partir do Orçamento Referencial apensado nas Planilhas Orçamentárias em anexo.
- 1.10. Os preços unitários que consistem o valor global do Orçamento Referencial foram elaborados mediante cotações realizadas nas tabelas SICRO, SINAPI e SEDOP, com data base referencial de abril/2025, consoante à Tabela de Consultoria do DNIT/AP.

1.11. Ressalta-se que a PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO é PERMITIDA, devido ao caráter multidisciplinar dos tipos de serviços envolvidos, tais como Operação, Manutenção e Regularização. Deverá ser apresentada a comprovação de constituição e registro de Consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas no Art. 42 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e aquelas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.12. Reforça-se que ADMITE-SE a PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, desde que demonstrada a sua viabilidade econômica para executar o contrato, comprovar que o plano de recuperação judicial foi homologado pelo juízo competente e que está cumprindo as obrigações ali previstas, além de atender aos demais requisitos de qualificação econômico-financeira do Edital, conforme orientação do Parecer nº 00007/CNLCA/CGU/AGU.

1.13. ADMITE-SE SUBCONTRATAÇÃO para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto e itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 30% DO ORÇAMENTO, desde que previamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO.

1.14. Fica VETADA a aplicação de benefício da parcela de Exclusividade/Benefício ME (Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte), pois o valor estimado é superior a R\$ 80.000,00 e, pela particularidade dos serviços, não convém obrigar aos Licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação das mesmas, nos termos do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

1.15. As licenças necessárias deverão ser emitidas conforme as condicionantes da Licença de Operação emitidas para as respectivas IP4 ou condicionantes a serem encaminhadas por meio de Notificações, Notas Técnicas, Relatórios Fotográficos e informações sobre a IP4, que surgem após vistorias que são realizadas periodicamente pelo órgão ambiental e em especial cumprir as condicionantes estabelecidas nas Licença Prévia e Licença de Instalação.

1.15.1. Ademais, a Contratada deverá atentar e atender os dispositivos da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) c/c Decreto nº 99.274 /1990, Lei nº 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental) e Resolução CONAMA nº 428/2010 bem como a Portaria nº 148/2021 do Ministério dos Transportes e Manual de Operação e Manutenção do DNIT.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

2.1. O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, que dependem majoritariamente do transporte hidroviário para suprir seus principais insumos, com

instalações que fornecessem segurança nas operações de embarque e desembarque. Conforme a Portaria nº 148, de 17 de dezembro de 2021, do Ministério dos Transportes, o DNIT torna-se responsável pela operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas, especificamente as de Pequeno Porte (IP4), observado que as Lei nº 10.233/2001 e Lei nº 12.815/2013, está referida como a Nova Lei dos Portos, regulamentam a competência do DNIT bem como a delimitação da exploração das instalações portuárias pela União. Assim, fora instruída e executada a construção do IP4 na área portuária do município de Santana (Código PNV 023) no Estado do Amapá, nas proximidades do Terminal Hidroviário do Município, sob Corpo Hídrico do Rio Amazonas (HN 000).

2.2. A falta de instrumentalização de medidas que garantam a operacionalização e manutenção eficiente e contínua da IP4 de Santana ensejam em maiores riscos de inatividade, operação deficiente ou falta de manutenção, representando uma ameaça direta à logística e ao bem-estar da população, gerando risco à segurança, visto que instalações sem manutenção e operação profissional adequada podem apresentar falhas estruturais de iluminação e de segurança, colocando em risco a vida de passageiros, tripulantes, trabalhadores portuários e o manuseio de cargas; refletindo-se no prejuízo econômico, considerando que a falta de operação impacta diretamente o transporte de insumos básicos como alimentos, medicamentos e o escoamento da produção local, prejudicando a economia regional e a subsistência das populações ribeirinhas; acarretando ineficiência logística, caso haja interrupção ou a má gestão do transporte fluvial prejudicando a conectividade entre Santana e outras localidades da Amazônia, tornando o acesso a serviços e o transporte de mercadorias mais lento e oneroso; culminando na desorganização portuária, consistindo-se na ausência de operação profissionalizada causando desorganização no embarque, desembarque e armazenamento de cargas, resultando em gargalos, perdas e dificuldades na fiscalização; findando na degradação do patrimônio público, considerando que a falta de manutenção preventiva e corretiva leva à deterioração da infraestrutura construída com recursos públicos, exigindo eventualmente investimentos maiores para recuperação.

2.3. Concluso, é correto afirmar que subsiste o interesse público na referida contratação, pois permite a adequada continuidade dos serviços da área aquaviária, de forma a garantir maior segurança à navegação, com reflexos na redução de acidentes, angariando benefícios econômicos ao valor final do produto transportado, assim como o cumprimento legal da Autarquia nos termos da Resolução nº 9/2022 da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária - DAQ, por ser responsável legal pela gestão, fiscalização, administração e gerenciamento adequados das instalações aquaviárias sob sua responsabilidade.

### **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. A prestação dos serviços ora instruídos não gera vínculos empregatícios entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.2. A Contratada deverá realizar todos os controles exigidos pelas especificações do DNIT ou por ele informadas, para garantir a qualidade especificada para os serviços, os quais serão de sua responsabilidade.

3.3. Quanto a qualificação técnica, a empresa deverá comprovar experiência anterior em serviços de operação, manutenção e gestão de instalações portuárias ou infraestrutura similar, demonstrando capacidade técnica e operacional para o escopo do contrato.

3.4. A Contratada deverá apresentar plano de operação e manutenção que contemple cronogramas de atividades, rotinas de inspeção, plano de contingência para emergências e garantia de funcionamento ininterrupto da instalação, além de dispor de equipamentos e materiais adequados e em bom estado de conservação para a execução dos serviços, priorizando o uso de tecnologias modernas e eficientes.

3.5. A equipe técnica envolvida na contratação deve ser composta por profissionais habilitados, com qualificação compatível com as funções a serem desempenhadas, incluindo fiscais e técnicos responsáveis pela manutenção e segurança.

3.5.1. A Contratada deverá manter a equipe mínima a ser especificada neste Termo de Referência e deverá comprovar a qualificação dos profissionais alocados nas equipes de acordo com os critérios qualificativos estabelecidos.

3.6. Considerando os critérios de prestação sustentável e equilíbrio de sustentabilidade, a a contratada deverá implementar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos, incluindo o correto descarte de materiais perigosos e a reciclagem de resíduos, visando reduzir o impacto ambiental.

3.7. A empresa deverá adotar medidas para prevenir e mitigar a poluição da água, do ar e sonora, como a adoção de tecnologias de tratamento de efluentes, bem como apresentar práticas para o uso eficiente de energia elétrica e água nas dependências da IP4.

3.8. A empresa deverá realizar programas de treinamento e conscientização ambiental para seus funcionários, conforme previsto na Instrução de Serviço nº 03/2011 do DNIT.

3.9. Com base nas Planilhas de Quantitativos, as quais constarão no Edital de Licitação disposto pelo DNIT, as licitantes apresentarão suas propostas de preços por meio de orçamento detalhado, contendo todos os itens previstos nas planilhas de quantitativos referenciais.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4, do município de Santana no Estado do Amapá, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com o critério de julgamento de menor preço e o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amapá.

4.2. A empresa contratada deverá disponibilizar e gerenciar equipe qualificada para a operação do porto, incluindo profissionais como engenheiros, administradores, encarregados, auxiliares e competentes ao administrativo.

4.3. A presente contratação compreenderá em seu escopo dois tipos de Administrações, o escritório central de Macapá/AP, com característica centralizadora, e a Administração Local da IP4, que servirá como equipe de ponta do sistema, solução complementar com o ganho econômico e operacional que a adoção desta medida proporcionará a Administração.

4.4. A quantidade estimada de mão de obra especializada a ser mantida para a Administração da IP4 é suficiente para a plena manutenção e execução do objeto, consistindo-se de técnicos e auxiliares capacitados para a garantia da qualidade do atendimento às necessidades da Administração Pública.

4.5. No Orçamento Referencial apensado existem 4 tipos de composições para as Administrações envolvidas, que variam de acordo com o tipo de solução naval. Cada composição de custos unitários para administração Local e Central é composta por grupos de Equipamentos necessários, Mão de Obra envolvida, Materiais a serem empenhados e atividade auxiliares. Quanto aos serviços de Manutenção sob demanda envolvidos, consistem de 7 tipos de composição de custos, compreendendo Poita de 27,5 T (Peso Submerso), Recuperação de Sistemas de Amarração e Fundeio com Guias e Cabos de Aço, Manutenção das defensas de Pneus e Madeira, Rede de Combate à Incêndio, Manutenção e Pintura dos Elementos Navais, Serviços dos Elementos Navais e Instalação Elétrica.

4.6. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, referenciadas no SICRO, seguem compostas da seguinte forma:

- Administração central (Macapá/AP):

CÓDIGO SICRO	PROFISSIONAL	QUANTIDADES
P9955	Engenheiro Chefe	01
P9946	Engenheiro Auxiliar	01
P9903	Auxiliar técnico	02
P9883	Chefe do Setor Administrativo	01
P9809	Encarregado Administrativo	01
P9806	Auxiliar Administrativo	01
P9878	Secretária	01

- Administração Local (IP4):

--	--	--

CÓDIGO SICRO	PROFISSIONAL	QUANTIDADES
P9883	Chefe do setor administrativo	01
P9806	Auxiliar administrativo	02
P9867	Técnico especializado de Fundeio*	02

\* A necessidade do cargo técnico especializado de fundeio está vinculado à solução de fundeio da IP4, conforme consta no orçamento de Referência em Anexo.

#### 4.7 ESCOPO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

##### 4.7.1. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

4.7.1.1. No que concerne aos tipos de manutenção a serem executadas, consideram-se as definições estabelecidas na NBR 5674/2023 (Manutenção de edificações), tendo como requisitos para o sistema de gestão de manutenção para o objeto:

- manutenção corretiva, caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários; e
- manutenção preventiva, caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação.

4.7.1.2. Compreende-se no escopo do objeto a realização de relatórios periódicos de manutenção das estruturas civis, elétricas, hidrossanitárias e das estruturas flutuantes, como os trapiches e passarelas, evidenciando prevenções e correções que eventualmente serão necessárias para matriz de riscos e contenção de avarias à estrutura, visando subsidiar a Administração das condições das instalações, para que seja sujeitado a execução de manutenção preventiva ou corretiva, dependendo do caso.

4.7.1.3. A contratada deve apresentar relatórios técnicos detalhados de todas as intervenções de manutenção e assistência técnica, com causa, solução a ser adotada e as recomendações para evitar recorrências.

4.7.1.4. A Contratada deverá realizar relatório fotográfico e inspeção técnica no início e no término do contrato, dos sistemas navais e da estruturas concernentes ao escopo do Contrato, que irão compor os respectivos relatórios inicial e final. A inspeção a ser realizada abrange, no mínimo, os itens a seguir, de modo que a administração poderá solicitar inspeção específica caso seja necessária, mesmo que esta não esteja incluída nos itens descritos no Termo de Referência:

- Inspeção dos porões do(s) flutuante(s);
- Inspeção dos itens de segurança e salvatagem;
- Inspeção dos itens de fundeio e amarração (Cabos, amarras, cabeços);
- Inspeção dos elementos estruturais do(s) flutuante(s) e da(s) ponte(s) metálicas (Chapas, perfis reforçadores, soldas, etc);
- Inspeção das defensas do(s) flutuante(s);

4.7.1.5. Os serviços devem ser executados de acordo com as normas e especificações do DNIT pertinentes à execução dos serviços. A Contratada deverá cumprir todas as normas e recomendações constantes nos Manuais de Operação e Manutenção vigentes das IP4, objeto desta licitação, NBR 5674 (Manutenção de edificações) Requisitos para o sistema de gestão de manutenção (ABNT, 2012), caso aplicável, e as diretrizes estipuladas pelo Programa de Recuperação, Operação e Manutenção de IP4 do DNIT.

4.7.1.6. A Contratada deverá realizar a convalidação do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) do(s) flutuante(s) de todas as IP4 e deverá renovar a Licença de Operação (LO) do empreendimento, com atendimento à todas as suas condicionantes.

4.7.1.7. A Contratada deverá elaborar o Planejamento das Atividades de Manutenção, que consiste em um conjunto de ações que objetivam manter as IP4 de acordo com padrões exigíveis ao longo do período de duração do contrato.

4.7.1.8. Até 30 (trinta) dias após assinada a Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO o Relatório de Planejamento das Atividades de Manutenção de IP4 para o atendimento aos serviços contratados e previstos no Termo de Referência. O planejamento deve respeitar as periodicidades previstas no Manual da IP4 e/ou dos fabricantes dos equipamentos.

4.7.1.9. A contratada deverá executar planos de manutenção preventiva para todos os equipamentos e infraestruturas, com cronogramas e procedimentos definidos no Manual de Operação e Manutenção, conforme a Resolução nº 9/2022 - DAQ do DNIT, incluindo inspeções periódicas, com expedição e controle de relatório de lubrificação, calibração e substituição programada de componentes que deverão ser atendidos, bem como utilizar técnicas de monitoramento para prever falhas e planejar intervenções antes que ocorram, otimizando os custos e a disponibilidade dos equipamentos para os serviços correlatos a serem executados.

4.7.1.10. Os serviços de Manutenção e Conservação de estruturas navais de atracação (rampas, pontes metálicas e flutuantes), deve ser nas seguintes áreas /sistemas/equipamentos, dentre outros.

- Iluminação e instalações elétricas em pontes, rampas e flutuantes;
- Tratamento superficial e pintura de estruturas de pontes e rampas;
- Tratamento superficial e pintura de berços de pontes;
- Cabos de aço e boias do sistema de fixação de flutuantes;
- Estruturas metálicas flutuantes;
- Chapas de conveses e acessórios dos flutuantes e de conveses e seus equipamentos e acessórios (cabeços, buzinas, cunhos, olhais, elipses/portas de visita, defensas de atracação, fingers);
- Sistema de combate a incêndio do flutuante principal (incluindo extintores portáteis, mangueiras, bombas, aplicadores e esguichos);
- Sistema de iluminação dos flutuantes de atracação;
- Estanqueidade de flutuantes.

4.7.1.11. A operacionalização e remuneração dos tipos de manutenção das IP4 dar-se-á por meio de dois formatos: a manutenção programada mensal e manutenção sob demanda. A manutenção programada mensal está apropriada na Administração Local.

4.7.1.12. Enquanto, nos casos em que houver a manutenção sob demanda a Contratada deverá, por sua vez, comunicar oficialmente ao contratante sobre a necessidade do serviço, apresentando relatório fotográfico, demonstrando a situação do objeto necessitado de manutenção.

4.7.1.13. Todo e qualquer item deverá ser solicitado, justificado e formalizado à Fiscalização do Contrato. O item orçamentário deverá ser incluído na medição somente após aprovação das justificativas pela fiscalização do Contrato e execução do serviço.

4.7.1.14. Após o serviço realizado, a Contratada deverá apresentar novo relatório comprovando a situação do antes e do depois, de onde se submeterá a medição dos serviços ao DNIT.

4.7.1.15. Todas as partes danificadas durante a execução dos serviços, bem como mobiliários equipamentos, forros, paredes, pisos, instalações, pintura e lajes, deverão ser reparados, recompostos ou substituídos pela Contratada, de modo que permaneçam com as características originais de acabamento.

4.7.1.16. Todos os serviços executados nas instalações da edificação que ameace bens sob resguardo da Contratante deverão ser precedidos de proteção (utilizando a proteção necessária para cada caso específico). Caso necessário, a Contratada providenciará o remanejamento destes para local protegido, indicado pelo Servidor da Superintendência do DNIT/AP designado para fiscalização/acompanhamento dos serviços.

4.7.1.17. A Contratada deverá providenciar diariamente a limpeza das áreas onde os serviços estiverem sendo realizados, evitando acúmulos de entulhos nos locais e dando destinação correta a estes. Os custos com a destinação de entulhos, materiais residuais de obra e equipamentos substituídos, correrão por conta da Contratada.

4.7.1.18. Os serviços somente serão considerados executados após vistoria do fiscal onde o mesmo irá verificar se houve o término de todas as etapas, a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

4.7.1.19. Somente serão aceitos equipamentos, peças, acessórios e ferramentas compatíveis com a aplicação a que se destinam.

4.7.1.20. Serão recusados pela Fiscalização os materiais que se encontrem fora das especificações aprovadas.

4.7.1.21. Os materiais utilizados deverão ser de procedência legal e amparados pela garantia determinada pelo fabricante.

4.7.1.22. A fiscalização designada pela Superintendência do DNIT/AP para acompanhar os serviços e fiscalizar o Contrato terá poderes para recusar parcial ou totalmente os serviços, em caso de inobservância das boas práticas previstas nas Normas Reguladoras, bem como quando este perceber que o serviço foi executado de maneira precária ou com baixo padrão de qualidade. Em caso de recusa do serviço o mesmo deverá ser refeito por conta da Contratada, sem qualquer ônus a Contratante.

4.7.1.23. A Contratada compromete-se a efetuar a substituição, troca, reparação, reconstrução, às suas expensas, no total ou em parte, caso ocorram vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou dos serviços executados.

4.7.1.24. A manutenção sob demanda deverá ser realizada logo quando detectado o evento e autorizada pela fiscalização, no menor tempo hábil.

4.7.1.25. A administração poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo de outras sanções que esteja sujeito a Contratada e sem que tenha direito a qualquer indenização, sempre que haja qualquer defeito essencial em execução de serviço ou material posto ou utilizado. poderá também exigir de imediato, a exclusão dos quadros da Contratada de qualquer funcionário que apresente comportamento inconveniente ou demonstre inaptidão para a função que venha exercendo, qualquer que seja o vínculo entre este elemento e a Contratada.

#### **4.7.2. DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO:**

4.7.2.1. A operação das IP4 consiste na coordenação, supervisão e controle das equipes e infraestrutura disponíveis, a fim de promover atracação /desatracação de embarcações e o trânsito de pessoas, cargas e viaturas, de forma segura, em cumprimento às Normas vigentes, citando-se, as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), Normas do Corpo de Bombeiros, normas técnicas da ABNT aplicáveis e instruções/normas do DNIT.

4.7.2.2. A Contratada deverá cumprir todas as normas e recomendações constantes nos Manuais de Operação e Manutenção vigentes das IP4 objetos desta licitação e as diretrizes estipuladas pelo Programa de Recuperação, Operação e Manutenção de IP4 do DNIT.

4.7.2.3. Para que a IP4 tenha condições de funcionamento adequado, ou seja, ofereça os serviços mínimos que proporcionem ao usuário segurança e salubridade, as seguintes atividades necessitam ser desenvolvidas rotineiramente.

- Controle do acesso de embarcações, passageiros, veículos e cargas;
- Como produto desta atividade espera-se relatórios diários com informações detalhadas da operação da IP4;
- Atracação e Desatracação de Embarcações e com isso a supervisão do transbordo de passageiros e cargas; e
- Regulagem do sistema de fundeio de forma a manter o padrão de operacionalidade da IP4 para as embarcações usuárias e para a correta manutenção dos itens que compõem este sistema (Cabos, cabeços, poitas e etc).

4.7.2.4. Essas atividades serão rotineiras e contínuas, caracterizando ações indispensáveis para manter a IP4 em pleno funcionamento.

4.7.2.5. A Contratada deverá realizar e cumprir as atividades constantes no Manual de Operação e Manutenção de cada IP4, de forma a manter a IP4 estado que proporcione segurança, salubridade e organização aos usuários.

4.7.2.6. A Contratada deverá elaborar os relatórios, nas frequências estabelecidas neste Termo de Referência, relativos ao desempenho da operação e dos serviços prestados aos usuários das IP4, incluindo informações diárias de: estatística operacional, análise de ocorrências, controle e registro de acesso de embarcações, fluxos de pedestres, fluxos de cargas e veículos.

4.7.2.7. Nos itens subsequentes do presente documento são pormenorizadas as ações a serem desenvolvidas na operação da IP4, contudo as atividades a serem realizadas não são limitadas a estas.

#### **4.7.3. DA ATRACAÇÃO, DESATRACAÇÃO E REGULAGEM DO SISTEMA DE FUNDEIO:**

4.7.3.1. A atracação e desatracação de todas as embarcações deve seguir procedimento padronizado pelo Manual de Operação e Manutenção da IP4 e pelas diretrizes estipuladas pelo Programa de Recuperação, Operação e Manutenção de IP4 do DNIT, como as exemplificadas na sequência.

- Embarcações só podem operar na IP4 mediante autorização e cadastro das mesmas pelo representante da IP4;
- A embarcação deverá solicitar ao representante da IP4 autorização para atracação;
- A embarcação deverá informar quantas horas pretende ocupar o berço de atracação;
- A embarcação deverá informar/solicitar quais recursos necessários provenientes da IP4 para a sua operação (energia, água, auxílio de amarração e autorização de carregadores/estivadores);
- Não é autorizado a permanência de nenhuma embarcação atracada por mais de 12 horas;
- Não é autorizado a permanência para pernoite de nenhuma embarcação;
- A manobra e horário de atracação deve ser previamente planejada e autorizada pelo representante da IP4.

4.7.3.2. A CONTRATADA será responsabilizada pela regulagem do sistema de fundeio da IP4, caso aplicável. A Contratada deverá manter, por meio de pessoal de in loco, os sistemas operacionais de acordo com especificação dos equipamentos, considerando o tipo de equipamento (Molinete, Cabos, Amarras, Estacas Guias, Defensas e etc), variação de nível d'água do rio e movimentação de embarcações/pessoas.

4.7.3.3. Além disso é necessário que a Contratada:



- Execute as operações de equipamentos principais e auxiliares das instalações, respeitadas as instruções e manuais de operação;
- Zele pelo funcionamento das instalações e atenda ao índice de disponibilidade estabelecido pelo DNIT;
- Aplique as normas e procedimentos estabelecidos pelas autoridades governamentais e pelos órgãos gestores do tráfego fluvial e DNIT;
- Informe à FISCALIZAÇÃO quaisquer ocorrências que limitem ou interrompam as operações, para que seja providenciada a comunicação às autoridades responsáveis pelo tráfego fluvial;
- Execute as adequações, quando necessárias, para que a estrutura naval seja conectada à rampa de acesso de forma a obedecer ao regime hidrológico do rio;
- Realize comunicações com os usuários das IP4 na área de responsabilidade de operação da Contratada;
- Execute as condicionantes das Licenças de Operação das IP4;
- Execute os procedimentos para revalidação dos documentos que autorizam a operação das instalações, e cumpra as condicionantes relacionadas a manutenção da condição de regularidade;
- Os serviços a serem desempenhados pela Contratada envolvem as tratativas com os órgãos responsáveis pela regularização, a realização de inspeções e vistorias para identificação de inconformidades, preparação e entrega de documentação com a certificado emitido pelos órgãos competentes.

#### **4.7.4. DOS VETOS:**

##### **4.7.4.1. Expressamente proibido:**

- Pernoitar nas instalações da IP4 (Usuários e embarcações);
- Cobrar por serviços da IP4 em nome do DNIT / Governo Federal;
- Cobrar por atracação e desatracação;
- Cobrar por prioridades nas filas de acesso;
- Cobrar por prioridades de atracação e desatracação;
- Veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação;
- Explorar serviços fora do escopo desta licitação nas dependências da IP4 sem prévia autorização do DNIT.

#### **4.7.5. DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E CENTRAL:**

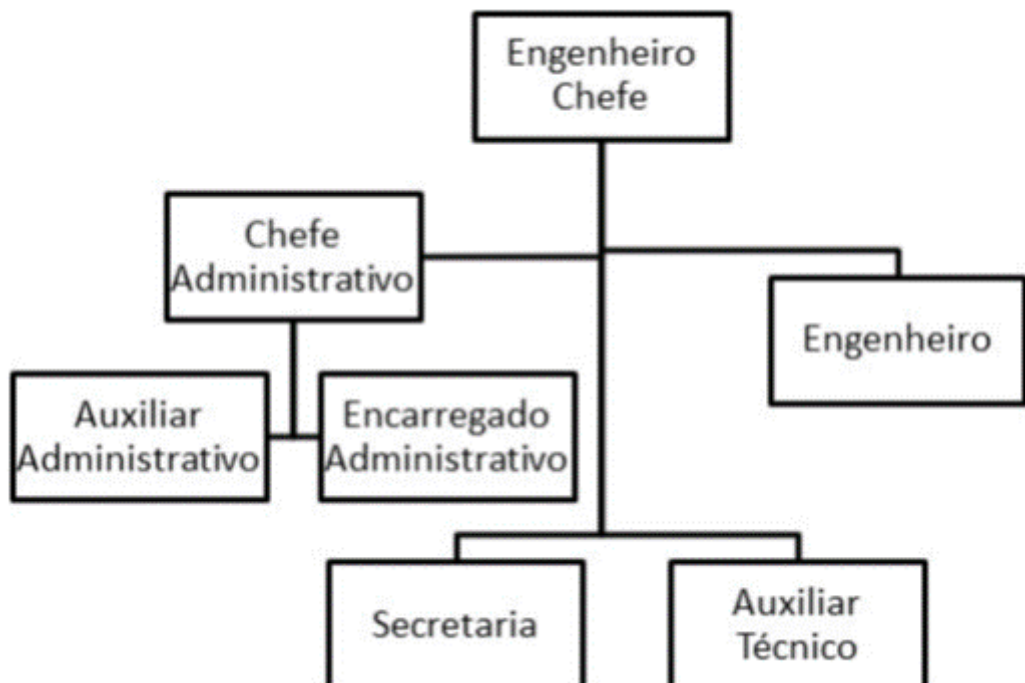
4.7.5.1. A presente contratação almeja a implantação de uma Administração Local que controlará as equipes e suas atividades na IP4, bem como os serviços de manutenção por demanda e nas atividades específicas, compreendendo, de forma sucinta, a regulação do sistema de fundeio e o controle do acesso de embarcações.

4.7.5.2. O escritório central consolidará as atividades da IP4 e deverá ser mantida na capital Macapá/AP, facilitando assim o envio de documentos /informações ao Contratante.

4.7.5.3. Essas equipes estão definidas nas Planilhas Orçamentárias anexas a este Termo de Referência, correspondente ao valor total orçado.

4.7.5.4. As Figuras 01 e 02 a seguir detalham o organograma das equipes do Escritório Central (Macapá/AP) e da Administração Local compreendida (IP4):

**Figura 01 – Equipe do Escritório Central (Macapá/AP):**



**Figura 02 – Equipe da Administração Local (Santana/AP):**



4.7.5.5. A necessidade do cargo de Técnico Especializado de Fundeio e Auxiliar Técnico de Fundeio está vinculada à solução de fundeio da IP4, conforme consta na Planilha Orçamentária.

#### **4.7.6. ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.**

##### **4.7.6.1. Engenheiro Chefe (Engenheiro Civil Sênior) (P9955):**

- 4.7.6.1.1. Realizar os programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento das equipes da IP4 sob seu comando;
- 4.7.6.1.2. Gerir, controlar, supervisionar e fiscalizar as atividades da IP4, elaborando relatórios mensais com informações a serem enviadas à Contratante;
- 4.7.6.1.3. Apresentar por meio de relatórios os eventuais problemas que estejam ocorrendo na IP4 apresentando-os à Contratante;
- 4.7.6.1.4. Efetuar levantamento detalhado da IP4, por meio de relatório fotográfico que demonstre a situação do antes e do depois de cada serviço de manutenção executado; e
- 4.7.6.1.5 Efetuar e supervisionar as rotinas administrativas do contrato.

##### **4.7.6.2 Engenheiro Civil (Auxiliar) (P9946):**

- 4.7.6.2.1.Auxiliar nos programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento das equipes da IP4 sob seu comando;

4.7.6.2.2. Dar suporte técnico nas ações de gerir, controlar, supervisionar e fiscalizar as atividades da IP4, elaborando relatórios mensais com informações a serem enviadas à Contratante;

4.7.6.2.3. Consolidar as informações da IP4, organizando quadros estatísticos, conforme o modelo fornecido pelo DNIT;

4.7.6.2.4. Identificar por meio de relatórios os eventuais problemas que estejam ocorrendo na IP4;

4.7.6.2.5. Elaborar e Coordenar levantamentos detalhado da IP4, por meio de relatório fotográfico que demonstre a situação do antes e do depois de cada serviço de manutenção executado; e

4.7.6.2.6. Dar suporte na coordenação e supervisão das rotinas administrativas do contrato.

#### **4.7.6.3. Auxiliar Técnico (P9903):**

4.7.6.3.1. Prestar todo suporte nas atividades do Engenheiro Chefe;

4.7.6.3.2. Executar serviços administrativos de natureza básica, realizando trabalhos de recepção, registros diversos, serviços gerais de digitação e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Engenheiro Chefe; e

4.7.6.3.3. Organizar os arquivos de documentos da IP4, alocando em pastas correspondências expedidas e recebidas e documentos de registro e controle de pessoal.

#### **4.7.6.4. Secretária (P9878):**

4.7.6.4.1. Prestar apoio técnico administrativo de forma direta às atividades do Engenheiro Chefe;

4.7.6.1.2. Executar serviços administrativos de natureza básica, realizando trabalhos de recepção, registros diversos, serviços gerais de digitação e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Engenheiro Chefe;

4.7.6.1.3. Redigir minutas de correspondências, telegramas, fax, tabelas, quadros e demais expedientes rotineiros, bem como expedientes necessários ao desenvolvimento das atividades da área;

4.7.6.1.4. Emitir requisições de passagens aéreas a fim de providenciar os respectivos bilhetes, efetuando o registro e controle necessário; e

4.7.6.1.5. Prestar atendimento ao público interno e externo.

#### **4.7.6.5. Chefe do Setor Administrativo (P9883):**

4.7.6.5.1. Supervisionar e planejar atividades administrativas, treinando e orientando equipe de trabalho;

4.7.6.5.2. Distribuir, acompanhar e avaliar a execução das atividades, esclarecendo dúvidas e administrando recursos;

4.7.6.5.3. Participar da seleção, contratação e demissão de pessoal, providenciando manutenção quando necessário; e

4.7.6.5.4. Tramitar relatórios técnicos e relatórios de medição nas plataformas administrativas indicadas.

#### **4.7.6.6. Encarregado Administrativo (P9809):**

4.7.6.6.1. Prestar todo suporte nas atividades administrativas;

4.7.6.6.2. Executar serviços administrativos, realizando trabalhos de formatação de relatório, registros diversos, serviços de digitação, pesquisas e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Chefe Administrativo; e

4.7.6.6.3. Organizar os arquivos de documentos da IP4, alocando em pastas correspondências expedidas e recebidas e documentos de registro e controle de pessoal.

#### **4.7.6.7. Auxiliar Administrativo (P9806):**

4.7.6.7.1 Prestar todo suporte nas atividades da Secretária; e

4.7.6.7.2. Executar serviços administrativos de natureza básica, realizando trabalhos de recepção, registros diversos, serviços gerais de digitação e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Chefe Administrativo.

#### **4.7.7. ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (IP4).**

##### **4.7.7.1.. Chefe do Setor Administrativo (P9883):**

4.7.7.1.1. Gerenciar, coordenar e controlar as atividades da IP4;

- 4.7.7.1.2. Possuir conhecimento e experiência na área de manutenção preventiva e assistência técnica e administrativa;
- 4.7.7.1.3. Estudar e cumprir rigorosamente, detalhadamente, o Manual de Operação e Manutenção e saber interpretar seus dizeres;
- 4.7.7.1.4. Praticar todos os atos relativos à administração de pessoal da IP4;
- 4.7.7.1.5. Organizar quadros estatísticos sobre as embarcações que efetuam embarque e desembarque na IP4, conforme modelo fornecido pelo DNIT;
- 4.7.7.1.6. Efetuar a conferência das cargas e dos passageiros que transitam na IP4;
- 4.7.7.1.7. Controlar, por meio de cadastro específico (modelo fornecido pelo DNIT), o acesso de embarcações na estrutura da IP4;
- 4.7.7.1.8. Controlar, por meio de cadastro específico (modelo fornecido pelo DNIT), o acesso de pessoas e veículos na IP4;
- 4.7.7.1.9. Controlar, por meio de cadastro específico (modelo fornecido pelo DNIT), o acesso de prestadores de serviços autônomos (carregadores, estivadores, tricicleiros) na IP4;
- 4.7.7.1.10. Relatar todo e qualquer problema da IP4 imediatamente à administração Central; e
- 4.7.7.1.11. Controlar a utilização do armazém, definindo os locais de disposição da carga e o período de permanência.

#### **4.7.7.2. Auxiliar Administrativo (P9806):**

- 4.7.7.2.1. Prestar todo suporte nas atividades do Chefe da IP4;
- 4.7.7.2.2. Realizar as atividades de assistência ao Chefe de Escritório da IP4, digitando relatórios, planilhas, quadros e gráficos de interesse da IP4;
- 4.7.7.2.3. Organizar os arquivos de documentos da IP4, alocando em pastas: correspondências expedidas e recebidas, documentos de registro e controle de pessoal, etc; e
- 4.7.7.2.4. Cuidar dos serviços de recepção, atendimento telefônico, fax, etc.

#### **4.7.7.3. Técnico Especializado - Regulagem de Fundeio (P9867):**

- 4.7.7.3.1. Ter conhecimento e experiência na área de manutenção mecânica e/ou elétrica;
- 4.7.7.3.2. Ajustar os cabos de ancoragem dos flutuantes (principal e intermediário) sempre que se fizer necessário; proceder as manobras de afastamento ou aproximação dos flutuantes para manter o alinhamento e o apoio das pontes em bom estado, quando houver necessidade;
- 4.7.7.3.3. Verificar o desgaste dos cabos de ancoragem e não permitir que eles passem pelas arestas das estruturas; inspecionar e lubrificar, sempre que necessário, as partes mecânicas do sistema de ancoragem;
- 4.7.7.3.4. Cumprir, rigorosamente, com as instruções contidas no Manual de Operação e Manutenção do Terminal vigente ou outro que vier a lhe substituir, no tocante à parte mecânica e atender às determinações do Chefe de Escritório da IP4;
- 4.7.7.3.5. Atender às determinações do Chefe da IP4, colaborando na execução da manutenção e conservação das estruturas navais e dos equipamentos, em especial: extintores de incêndio e demais aparelhos instalados, visando garantir as condições de uso e conservação;
- 4.7.7.3.6. Cuidar das atracações e desatracações de embarcações na IP4, indicando o local de acostagem, os pontos de amarração e orientando o embarque e desembarque de passageiros e de cargas; e
- 4.7.7.3.7. Realizar levantamento de informações de fluxo de embarcações, passageiros, cargas e veículos. Consolidar estas informações em relatório diário (Modelo fornecido pelo DNIT) e submeter para entrega dessas informações.

**4.8. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão de Ordem de Serviços e após a assinatura do contrato.**

4.9. A Contratada deverá assegurar a prestação contínua dos serviços durante **todos os horários de funcionamento da Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4**, abrangendo **turnos diurnos, noturnos, finais de semana e feriados**, conforme as necessidades operacionais do DNIT/AP e o cronograma de funcionamento da unidade. Deverá ser observado o cumprimento integral da **legislação trabalhista vigente** e das **convenções coletivas aplicáveis**, cabendo à Contratada o planejamento de escalas, revezamentos e jornadas de trabalho necessárias para garantir a **presença permanente de profissionais** à disposição do DNIT/AP durante todo o período de operação da IP4.

4.10. A vigência inicial do contrato será de **39 (trinta e nove) meses** e a Ordem de Início de Serviços será emitida após a conclusão da Obra de Construção do referente IP4, correndo em finalização.

## 5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

### 5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

5.1. A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou serviço ofertado pelo Licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

5.2. Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha, conforme modelo em Anexo, assim como o cronograma.

5.3. O Licitante não poderá cotar e colocar preços totais de cada serviço superiores aos estabelecidos pelo SICRO, SINAPI e SEDOP ou nas Composições dos Custos Unitários dos Serviços, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total dos serviços. Não serão permitidas alterações nas quantidades de insumos ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

5.4. Serão exigidas todas as composições de custos unitários. O Licitante fica obrigado a seguir os parâmetros de composição do SICRO, SINAPI e SEDOP.

5.5.. O Licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (Art. 9º da IS/DG nº 12/2010 de 28 de julho de 2010).

5.6. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia.

5.7. Além da apresentação da Planilha de Composição de Preços, a licitante deverá apresentar proposta de adequação das etapas dos critérios de pagamento, de acordo com os preços unitários propostos, devendo cada etapa/critério ser obrigatoriamente inferior às definidas pelo DNIT no orçamento referencial.

5.8. Deverão ser apresentados os demais quadros e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

5.9. A exequibilidade da proposta será aferida de acordo com o valor ofertado para cada produto individualmente. Assim, a Contratada deverá demonstrar a exequibilidade da proposta por meio da apresentação das composições de preço unitário com os valores dos insumos, mão de obra e equipamentos.

5.10. A Contratada deverá se atentar aos valores mínimos de salários e aos acordos coletivos.

5.11. A Licitante deverá considerar incluídas nos valores propostos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços.

5.12. A Licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

## 6. HABILITAÇÃO

### 6. HABILITAÇÃO:

6.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no Edital de Licitação do DNIT/AP.

6.2. Para **Habilitação Jurídica**, as licitantes deverão apresentar:

6.2.1. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

6.2.2. Inscrição no Registro Público. No caso de sociedades empresárias, o registro na Junta Comercial da sede;

6.2.3. Documentos de identificação contendo RG e CPF e prova de eleição dos gestores.

6.3. Para comprovação da **Regularidade Fiscal e Social**, a licitante deverá comprovar que a empresa está em dia com os tributos e obrigações sociais:

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

6.3.2. Cadastro de contribuinte relativo ao domicílio ou sede, compatível com o serviço de manutenção portuária.

6.3.3. Certidões Negativas (ou Positivas com efeito de Negativa) de débitos Federais, Estaduais e Municipais.

6.3.4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

6.4. Para conformidade da **Regularidade Trabalhista**, a licitante deverá apresentar:

6.4.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou certidão positiva com efeito de negativa), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.5. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital padrão do DNIT/AP, seguindo a risca os critérios dispostos no At. 69 da Lei nº 14.133/21 quanto a balanço patrimonial e índices de liquidez, que, indiretamente, podem comprovar a saúde financeira necessária para o cumprimento do contrato e da qualificação econômico-financeira.

6.6. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão realizados em conformidade aos dispostos no Art. 63 e 67 da Lei nº 14.133/21, dentre eles requerem-se:

- Capacidade Operacional: A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, por meio da apresentação de atestado técnico de boa execução, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

- Capacidade Profissional: os Responsáveis Técnicos da Licitante perante o CREA devem ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, nas comprovações sintetizadas a seguir:

PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA	MODALIDADE PROFISSIONAL REQUERIDA
Engenheiro-Chefe	Coordenação-Geral e/ou supervisão em operação e/ou manutenção de IP4 e/ou portos e/ou Instalações Portuárias.	Engenheiro Civil ou Naval
Engenheiro	Experiência em operação e/ou manutenção de IP4 e/ou portos e/ou Instalações Portuárias.	Engenheiro Civil ou Naval

\*Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

- Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da Licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho de Classe Competente, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada como objeto da licitação.

6.7. A Licitante deverá apresentar e comprovar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em Operação e Manutenção de IP4 e/ou portos e/ou instalações portuárias, bem como mais 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em Manutenção de Flutuantes e/ou balsas e/ou embarcações com comprimento superior a 12 (doze) metros.

6.8. Quanto ao quadro profissional, a Licitante deverá apresentar atestação técnica-profissional do Engenheiro-Chefe de experiência em Coordenação-Geral e/ou supervisão em operação e/ou manutenção de IP4 e/ou portos e/ou Instalações Portuárias, bem como do Engenheiro Civil adjunto de experiência em operação e/ou manutenção de IP4 e/ou portos e/ou Instalações Portuárias.

6.9. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra, órgão ou ente público, deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o licitante tenha participado de execução do serviço, o qual é o objeto do contrato; ou
- Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado; ou
- Contrato firmado entre contratado principal e o licitante subcontratado, devidamente registrado no conselho de classe competente.

6.10. A não apresentação de documentação comprobatória prevista na alínea anterior não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pela comissão de licitação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame licitatório.

6.11. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(es) do conselho de classe competente.

6.12. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

6.13. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionados no Subitem 6.6 será realizada mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS, onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais).

6.14. Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

6.15. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será realizada através do ato constitutivo da mesma e certidão do conselho de classe competente, devidamente atualizada.

6.16. A licitante deverá anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(ais) apresentado(s) para atendimento às exigências deste item, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

6.17. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- nome do contratado e do contratante;

- identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- localização do serviço; e
- serviços executados (discriminação e quantidades).

6.18. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela comissão de licitação.

6.19. Os atestados e/ou certidões de capacidade técnica deverão ter sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados/averbados pelo conselho de classe competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços.

6.20. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser junta à documentação:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos; ou
- Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão; ou
- Contrato de trabalho registrado no conselho de classe competente a época da execução do objeto do atestado/certidão.

6.21. A não apresentação de documentação comprobatória aqui relacionada não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pela comissão. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

## **7. VISTORIA**

### **7. VISTORIA:**

7.1. As empresas interessadas, por meio de um representante, deverão procurar o responsável da Superintendência Regional, citando-se a Av. Ernestino Borges, 1402 - Bairro Santa Rita, CEP 68901-077/Macapá – AP, para efetuar a visita técnica coletiva ao local dos serviços ao objeto deste Termo de Referência, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

7.2. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou representante da licitante, poderá ser entregue CD-ROM, pen-drive ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.3. A vistoria técnica é opcional, a critério das licitantes, caso estes desejem conhecer as condições locais de trabalho e adequação dos recursos humanos necessários.

7.4. Ao não realizar a vistoria, a licitante não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.

7.6. Caso a licitante não queira participar da visita coletiva nos dias programados, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno



conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros, quaisquer alterações contratuais que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o DNIT.

7.7. Portanto, não existe obrigatoriedade da vistoria, no entanto, no caso da empresa desejar realizá-la, deverá ser lavrada Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Vistoria do Local em que será executado o serviço

## **8. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇO**

### **8. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

8.1. Os serviços serão realizados nas dependências da IP4 no Município de Santana/AP, situado ao endereço Rua Beira Mar, 521 - Comercial, Santana - AP, 68925-025.

8.2. A IP4 consistida no objeto ora tratado delimita-se na área estruturada vista na seguinte imagem:



8.3. O prazo de execução é de 36 (trinta e seis) meses, a partir da expedição da Ordem de Serviço.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Do Contrato, regulado pelas instruções constantes do Edital e seu(s) anexo(s), decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes, relativas ao objeto desta Licitação.

9.2. O Contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado no preço proposto pela Licitante, considerado final e incluído todos os encargos, taxas e bonificações.

9.3. Fica determinado que os relatórios, detalhamentos, especificações e toda a documentação constante do Edital e seus Anexos, relativa aos serviços contratados, são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

9.4. A Contratada deverá designar formalmente um representante no ato da assinatura do Contrato, com poderes para operacionalizar o Contrato, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.

9.5. A Contratada deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao município do Local da prestação do serviço, durante toda a vigência do Contrato.

- 9.6. A Contratada deverá manter um preposto, devidamente habilitado e aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-la na execução do Contrato;
- 9.7. A Contratada é responsável pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital;
- 9.8. A Contratada relatará à Contratante todo e qualquer risco e/ou irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, decorrentes de suas ações ou motivada por agentes externos, e que possam impactar, direta ou indiretamente, no cumprimento do objeto do Contrato;
- 9.9. A Contratada deverá fornecer, a qualquer momento, todas as informações de relacionadas à execução dos serviços que a Contratante julgar necessárias e atender, prontamente, quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem ônus para a Contratante;
- 9.10. A Contratada deverá proporcionar todas as condições legais para a prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência inclusive quanto a manutenção das licenças pertinentes para a execução do contrato;
- 9.11. A Contratada caberá a administração direta dos serviços, incluindo os aspectos administrativos (controle de pessoal, almoxarifado, registro de ocorrências, etc) e técnicos (manutenção), sob supervisão da Fiscalização.
- 9.12. A Contratada deverá entregar as áreas totalmente limpas e nas mesmas condições que foram recebidas no início da vigência do contrato.
- 9.13. A Contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 9.14. Quando necessário, fornecer ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) de cargo e função para todos os profissionais de nível superior de seu quadro efetivo ou de empresas subcontratadas que estejam diretamente envolvidos na execução dos serviços.
- 9.15. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.
- 9.16. Excetuam-se dos reparos acima citados, as correções, remoções e substituições que se façam necessárias para atender a novas exigências da Administração Pública; sendo certo que eventuais custos com a aquisição de materiais necessários para tais atividades somente poderão ser efetuados mediante a prévia aprovação da Contratante, visando o subsequente ressarcimento à Contratada.
- 9.17. Caso algum serviço executado por subcontratada apresente defeito, seja mal executado ou evidencie algum dano, será a Contratada a única responsável e imputada pela respectiva reparação.
- 9.18. A Contratada deverá fornecer toda mão de obra, os equipamentos, equipamentos de proteção individual (EPI). instrumentos, ferramentas de trabalho, material de escritório (computadores, impressoras, acessórios, papel, demais materiais e ferramenta de trabalho), qualquer material /equipamento de apoio e transportes necessários à execução dos serviços a serem prestados.
- 9.19. A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços que executar, inclusive sobre os materiais a serem empregados, que devem receber prévia aprovação da Fiscalização, que se reserva o direito de rejeitar esses materiais, desde que não satisfaçam aos padrões especificados. Incluem-se na responsabilidade da Contratada os materiais (suprimentos) fornecidos por esta.
- 9.20. A Contratada deverá responder por quaisquer danos causados às dependências da Contratante e aos equipamentos, objeto do contrato, quando evidenciada a culpa por ação ou omissão de seus técnicos e empregados e ainda por deficiência ou negligência das inspeções, bem como, decorrentes da qualidade do material empregado na manutenção.
- 9.21. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 9.22. A Contratada deverá comunicar por escrito à Contratante a existência de qualquer defeito que notar nos equipamentos e nos sistemas, os quais não possam ser sanados de imediato ou cujo reparo não esteja previsto no escopo do presente contrato.
- 9.23. A Contratada deverá zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.
- 9.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.25. Observar as leis e regulamentos referentes aos serviços e à Segurança Pública, bem como a normas técnica da ABNT e às exigências do CREA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).
- 9.26. Disponibilizar rádios de comunicação, tipo HT (Handie Talkie), para a transmissão remota entre funcionários da equipe de manutenção, e de rádios de alto alcance para que a equipe operacional consiga comunicar-se com as embarcações na hora das operações e com a Capitania Fluvial para orientações e/ou informações.
- 9.27. A Contratada deverá emitir os relatórios previstos neste Termo de Referência, referentes aos serviços realizados e nas periodicidades estabelecidas.
- 9.28. Manter oficina para reparos com todas as ferramentas e equipamentos necessários aos serviços contratados.

- 9.29. A Contratada deverá apresentar, a cada ato de pagamento, uma nota fiscal/fatura para os serviços contínuos e, caso tenham sido prestados serviços especiais, deverá apresentar nota específica para tais serviços.
- 9.30. Proceder a um minucioso exame de todos os elementos técnicos disponibilizados pela Contratante, para execução dos serviços, de modo a apontar as eventuais omissões ou falhas que tenha observado, para que elas sejam sanadas a tempo.
- 9.31. Cumprir as demais obrigações constantes da Proposta Comercial.
- 9.32. A Contratada, ao final do Contrato, será responsável pela remoção, às suas expensas, de toda a infraestrutura de administração local por ela implantada para o cumprimento do objeto do Contrato, independente da vida útil dos equipamentos/materiais.
- 9.33. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 9.34. A averiguação do parentesco deverá ser realizada pela licitante vencedora por meio de declaração assinada pelos funcionários a serem contratados para que conste expressamente a não existência de vínculo familiar entre este e os servidores do DNIT.
- 9.35. A Contratada deverá manter em serviço o número necessário de profissionais legalizados para o bom desempenho dos serviços, de acordo com o orçamento.
- 9.36. A Contratada, quando da contratação de profissionais a serem vinculados ao Contrato, deverá cumprir as exigências Sindicais e/ou de Conselhos Profissionais, quanto aos valores mínimos de salários estabelecidos para a categoria profissional correspondente.
- 9.37. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- 9.38. A Contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- 9.39. O manual de políticas internas de segurança do trabalho a ser adotado na execução dos serviços deverá ser entregue antes do início dos trabalhos para conhecimento do DNIT, bem como a estrutura organizacional destinada a esse fim.
- 9.40. É dever da Contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- 9.41. A Contratada deverá fornecer os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para cada um dos empregados que prestará os serviços objeto deste Contrato, e observar rigorosamente as Normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho emanadas da legislação pertinente.
- 9.42. A Contratada deverá manter o pessoal responsável pela execução dos serviços contratados devidamente uniformizados e identificados em completas condições de higiene e segurança.
- 9.43. A Contratada deverá responder por todos os ônus com salários e encargos sociais, uniformes de seu pessoal, taxas, impostos, seguros, horas extras, transportes e indenizações de seus funcionários.
- 9.44. A Contratada deverá adotar todas as providências e obrigações, sendo a responsável pelo atendimento aos seus empregados ou a terceiros relacionados ao mesmo fato, por quaisquer acidentes e/ou mal súbito de que possam ser vitimados, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento dos Seguros de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº. 61.784, de 24/11/1967.
- 9.45. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 9.46. Comprovar a regularidade no SICAF.
- 9.47. Fornecer vale transporte e vale alimentação aos seus empregados, de acordo com a legislação vigente e com o previsto no Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho.
- 9.48. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual, mediante depósito bancário na conta do trabalhador.
- 9.49. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra disponibilizada para atuar nas instalações do DNIT.
- 9.50. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do objeto, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência.
- 9.51. A contratada deverá substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificação por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados: prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.

9.52. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de seus empregados, os exames exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente.

9.53. No caso em que a Contratada subcontrate serviços de outras empresas, ressalvados os serviços objeto deste contrato, será a Contratada responsável pela identificação, por exigir o uso de uniformes, equipamentos de proteção individual dos funcionários e pela qualificação destes, bem como será responsável por acompanhar, orientar e fiscalizar a sub Contratada na execução do serviço.

9.54. A Contratada responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14, 17, 20, 21, 23 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990).

9.55. Na execução dos serviços a Contratada deverá utilizar as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando os critérios indicados abaixo:

- O uso de produtos de limpeza e conservação devem obedecer às Classificações e Especificações da ANVISA;
  - Devem ser adotadas práticas que evitem desperdícios de água potável;
  - Implementação de um Programa de Treinamento dos Empregados, visando o consumo racional de consumo de energia elétrica e água, bem como reduzir a geração de resíduos sólidos;
  - Adotar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de Relatórios e outros documentos;
  - Adoção preferencial de uso de papel não clorado na impressão de documentos e Relatórios;
  - Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
  - Realizar a destinação final adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução do CONAMA nº 257/1999;
  - Atendimento aos padrões indicados pela Resolução do CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
  - Nas pesquisas de preços para aquisições de serviços contemplados no escopo da contratação de Empresas, considerar aquelas que tenham Certificação Ambiental;
  - Estimular à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
  - Atendimento as Instruções de Serviços do DNIT, principalmente, a Instrução de Serviço nº 03/2011, de 04 de fevereiro de 2011, publicada no Boletim Administrativo nº 006 de 07 a 11/02/11 que trata da Responsabilidade Ambiental das contratadas–RAC; e
  - Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços, observando as disposições do PGRS. Nos casos específicos dos resíduos de papel e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- 9.56. Em relação ao Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS a Contratada deverá elaborar, implementar e cumprir o PGRS, conforme a Lei nº 12.305/10.
- 9.57. Dentre os procedimentos a serem observados, deverá manter no canteiro de obras e nos locais de execução dos trabalhos tambores ou recipientes plásticos para a coleta seletiva, em quantidades suficientes e com volumes entre 100 e 200 litros, e identificá-los nas cores padrão previstas na Resolução CONAMA nº 275, abaixo descritas:
- Azul: papel/papelão;
  - Vermelho: plástico;
  - Verde: vidro;
  - Amarelo: metal;
  - Preto: madeira;
  - Laranja: resíduos perigosos;
  - Branco: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;
  - Roxo: resíduos radioativos;
  - Marrom: resíduos orgânicos; e
  - Cinza: resíduo geral não reciclável, misturado, ou contaminado não passível de separação.

9.58. Em relação ao transporte de resíduos a contratada deverá:

- Transportar para descarte e/ou reciclagem em empresas credenciadas junto ao órgão ambiental no(s) Estado(s) de prestação dos serviços, os tambores ou recipientes plásticos empregados para acondicionamento de resíduos, conforme a quantidade de resíduos produzidos ou ao fim dos serviços;
- Obter o Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos de Interesse Ambiental ou documento similar, visando ao transporte e destinação dos resíduos prioritários, ou seja, aqueles pertencentes à Classe 1 – Perigosos, conforme definido na NBR10004; e
- Observa-se que o transporte de resíduos considerados não prioritários, apesar de isentos do Certificado, supracitado, serão transportados conforme legislação e Fiscalização vigente.

9.59. Em relação à destinação ou reciclagem a Contratada deverá:

- Providenciar, observando a legislação ambiental vigente, a destinação e/ou reciclagem de resíduos junto a empresa devidamente credenciada, com emissão de certificado de destinação pelo destinatário final dos resíduos, a fim de comprovar o correto destino deles; e
- Apresentar à Fiscalização, quando da assinatura da ata de início dos serviços, a lista de materiais que serão considerados resíduos, sua classificação e providências que serão adotadas. Na ocasião, a Fiscalização analisará os documentos para aprovação, eventuais questionamentos e/ou solicitação de providências e acompanhamento final dos resíduos.

9.60. Sem prejuízo das disposições anteriores, a Contratada deverá:

9.60.1. Colocar e manter placas indicativas do Empreendimento, de acordo com os modelos adotados pelo DNIT, as quais deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços;

9.60.2. Responsabilizar-se pela produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte;

9.60.3. Acompanhar a Contratante ou representante legal em inspeções, verificando todos os equipamentos e sistemas das IP4;

9.60.4. Disponibilizar embarcação adequada para inspeção, manutenção de pequeno porte, resgate de pessoas e veículos para deslocamento das equipes de operação e manutenção;

9.60.5. Garantir o livre acesso aos agentes formalmente designados pela Contratante às instalações da IP4, quando das inspeções periódicas;

9.60.6. Comunicar prontamente à Fiscalização quaisquer situações que coloquem em risco a segurança material, de pessoal ou ambiental;

9.60.7. Planejar e coordenar treinamentos de empregados para a execução dos serviços de manutenção básica das instalações, equipamentos e sistemas;

9.60.8. Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolva a IP4, independente de solicitação; e

9.60.9. Adotar sinalização adequada de segurança, destinada à advertência e à identificação, obedecendo ao disposto na NR- 26 – Sinalização de Segurança, de forma a atender, dentre outras, as situações a seguir.

9.60.9.1. Identificação de circuitos elétricos;

9.60.9.2. travamentos e bloqueios de dispositivos e sistemas de manobra e comandos;

9.60.9.3. restrições e impedimentos de acesso;

9.60.9.4. delimitações de áreas;

9.60.9.5. sinalização de áreas de circulação, de vias públicas, de veículos e de movimentação de cargas;

9.60.9.6. sinalização de impedimento de energização; e

9.60.9.7. identificação de equipamento ou circuito impedido

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**10.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas e irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 10.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 10.9. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas

## **11. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

### **11. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:**

- 11.1. Os critérios e procedimentos técnico-administrativos padrão, no âmbito da Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do Contrato se darão em conformidade com o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT.
- 11.2. Para que o pagamento seja autorizado, a contratada deve comprovar o cumprimento dos critérios de aceitabilidade, mediante Relatório de Desempenho ou documentos equivalentes que comprovem o atingimento das metas e indicadores estabelecidos no Termo Contratual.
- 11.3. A aceitabilidade dos serviços se dará em suma mediante vistorias realizadas pelo fiscal do contrato ou por empresa terceirizada que comprovem a execução dos serviços de acordo com o contrato.

## **12. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO**

### **12.METODOLOGIA DE MEDIÇÃO:**

- 12.1. A SRE/DNIT/AP, indicará na forma do Art. 6, incisos XXII e XXIII e do Art. 117 da Lei nº 14.133/21, um Fiscal do Contrato e um Gestor do Contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução dos serviços. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor do contrato serão solicitadas à autoridade competente da SRE, para adoção das medidas convenientes.
- 12.2. A fiscalização será composta por servidores designados pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amapá, através de portaria.
- 12.3. Autarquia emitirá Ordem de Serviço a IP4, de forma que o contrato terá o orçamento executado. Os serviços a serem desenvolvidos pela Contratada só deverão ser iniciados após a emissão da Ordem de Serviço.
- 12.4. Os serviços prestados pela Contratada deverão ser consolidados em Relatórios Mensais a serem entregues à Fiscalização de caráter técnico e administrativo.
- 12.5. Os relatórios aqui previstos devem possibilitar o acompanhamento e análise dos serviços/operações realizados em cada mês e conterão a descrição das atividades desenvolvidas no período de trabalho feito.

12.6. Os relatórios mensais deverão contemplar as ações de manutenção, operação, certificação naval e licenciamento ambiental realizados no referido mês de execução do contrato. Deverão estar incorporados ao relatório mensal informações de estatística operacional, análise de ocorrências, controle e registro de acesso de embarcações, fluxos de pedestres, fluxos de cargas e veículos, bem como laudos técnicos realizados em casos de avarias, relatórios de vistorias/inspeções e demais informações constantes neste Termo de Referência.

12.7. A Contratada deverá elaborar o Planejamento das Atividades de Manutenção e incorporar aos relatórios mensais, que consiste em um conjunto de ações que objetivam manter as IP4 de acordo com padrões exigíveis ao longo do período de duração do contrato. O planejamento deve respeitar as periodicidades previstas no manual da IP4 e/ou dos fabricantes dos equipamentos.

12.8. A Contratada deverá empregar planilha(s) eletrônica(s) para o gerenciamento da manutenção, indicando as frequências das manutenções preventivas e a ocorrência de manutenções corretivas, por sistema/subsistema e equipamento, a serem cumpridas no período do trabalho (mês), assinalando aquelas que efetivamente foram realizadas no referido período. Tais planilha(s) servirá(ão) de auxílio à Fiscalização nas medições mensais. A Contratada manterá cópia de segurança dos dados de registro das manutenções corretivas e verificações realizadas nas IP4.

12.9. Os relatórios devem ser objetivos, fundamentados, claros e definitivos, abordando os serviços previstos no presente Termo de Referência e descrevendo os serviços desenvolvidos no mês. Sempre que cabível, as informações deverão ser expressas em formato gráfico (imagens, figuras elucidativas, mapas) visando facilitar a interpretação dos dados apresentados e a visualização das informações. Devem conter ainda, quando necessário, informações sobre fatos que afetem os trabalhos posteriores e as providências necessárias para não prejudicar o andamento dos serviços.

12.10. Os relatórios deverão ser acompanhados de registros fotográficos dos serviços realizados (manutenção, operação, vistorias, dentre outros), fotos com data e georreferenciadas das IP4.

12.11. Os relatórios deverão ser emitidos nas frequências mensal, devendo a entrega se dar por 01 exemplar em mídia digital.

12.12. Os relatórios serão acumulativos e ao fim do contrato, a Contratada deverá apresentar um Relatório Final, consolidando em um único relatório o resumo de todas as atividades realizadas ao longo dos 36 meses de serviços. Nele constarão também a correlação de cada uma das entregas efetuadas em relatórios anteriores e o fornecimento em CD ou pendrive, de todos os produtos e documentos entregues pela Contratada, o que inclui cartas, expedientes administrativos, e-mails com a fiscalização, e equivalentes.

12.13. As medições mensais deverão seguir o preconizado nas Especificações de Serviço do DNIT e serão elaboradas pela Fiscalização.

12.14. As medições serão feitas mensalmente, sempre que as etapas/fases de serviços forem concluídas.

12.15. No processo de medição deverá constar a real alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN adotada pelo Município onde os serviços foram executados.

12.16. No caso de Consórcio, deverá as empresas, emitirem suas respectivas Notas Fiscais dos serviços que foram executados, dentro dos limites percentuais preestabelecidos pelo o Consórcio.

12.17. Os serviços prestados pelo contratado serão avaliados, mensalmente através de Boletim de Desempenho. Poderão ser aplicadas sanções ao contratado com desempenho insatisfatório.

12.18. Mensalmente serão atribuídos conceitos para os itens pessoal, qualidade dos serviços, atendimento à fiscalização e administração do serviço, e calculado o desempenho médio mensal.

12.19. O desempenho insatisfatório correspondente a nota mensal média inferior a 07 (sete) pontos justifica-se as seguintes penalidades:

- para 01 (um) mês de desempenho insatisfatório, poderá ser aplicada a penalidade de advertência, com registro no SICAF;
- para 02 (dois) meses seguidos de desempenho insatisfatório, poderá ser aplicada a penalidade multa no valor de 1% (um por cento) do contrato, com registro no SICAF; e
- para 03 (três) meses seguidos de desempenho insatisfatório, poderá ser aplicada a penalidade rescisão unilateral do Contrato.

12.20. Não obstante, a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer através do seu pessoal designado, a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

- Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição do empregado que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, seja inconveniente;
- Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
- Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter do setor competente da SRE/DNIT/AP, tempestivamente, todas as providências ao bom andamento dos serviços;
- Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço é suficiente para o bom desempenho dos serviços;

- Documentar as ocorrências quanto a frequência dos empregados em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da Contratada;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Contratada, compatível com os registros previstos no subitem anterior, no que se refere a execução do Contrato; e
- Emitir pareceres em todos os atos da SRE/PA relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

12.21 É vedado à SRE/AP e seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados

## 13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

### 13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

13.1. A aferição mensal dos serviços, para fins de faturamento, será realizada pela Fiscalização do DNIT/AP por meio do **Relatório de Verificação de Qualidade (RVQ)**, que consolidará os indicadores descritos na seguinte Tabela de Índice de Medição de Resultado (IMR):

Indicador	Descrição do Critério	Frequência	Peso	Glosa Sugerida (Redimensionamento)
I1 - Disponibilidade da Equipe Chave	Presença do Engenheiro Chefe e Técnico de Fundeio nos locais e horários previstos.	Mensal	40%	Redução proporcional ao valor homem-hora por período de ausência sem substituição.
I2 - Prazo de Entrega de Relatórios	Entrega dos relatórios mensais de supervisão/apoio dentro do prazo	Mensal	25%	Retenção de 2% do valor da fatura por dia de atraso, limitado à 10%.
I3 - Qualidade Técnica e Conformidade	Relatórios sem necessidade de correções substanciais e conformidade com as Normas do DNIT.	Mensal	20%	Retenção de 5% se o relatório for devolvido para correção mais de uma vez.
I4 - Apoio Administrativo e Documental	Regularidade na organização de arquivos, agendas e documentos da equipe de apoio.	Mensal	10%	Retenção de 2% em caso de desorganização ou perda de prazos internos.
I5 - Segurança e EPIs	Uso correto de EPIs e cumprimento de NRs (crítico para o Técnico de Fundeio).	Diário	5%	Retenção de 1% por ocorrência de descumprimento de segurança verificada.

13.2. O pagamento mensal será calculado com base no Índice de Desempenho Global (IDG), apurado pela média ponderada dos indicadores atendidos pela Contratada no período de medição.

13.3. O valor bruto da fatura mensal sofrerá redimensionamento automático/glosa sempre que o IDG for inferior a 90%, de acordo com as seguintes faixas de ajuste:

- Faixa A (IDG 90%): Pagamento integral (100%) do valor mensal da fatura;
- Faixa B (80% IDG < 90%): Redimensionamento para 95% do valor da fatura;
- Faixa C (70% IDG < 80%): Redimensionamento para 90% do valor da fatura;
- Faixa D (IDG < 70%): Redimensionamento para 80% do valor da fatura, sem prejuízo da abertura de processo administrativo sancionador por inexecução parcial.

13.4. O redimensionamento do pagamento previsto nesta cláusula possui **natureza indenizatória** e não punitiva, operando como ajuste de preço em razão da qualidade do serviço efetivamente entregue, nos termos do Art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Caso a Contratada apresente IDG abaixo de 80% por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses intercalados, a Fiscalização deverá formalizar representação para aplicação de sanções administrativas, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.



13.6. Após a apresentação da medição pela Contratada, a Fiscalização terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para conferir e atestar os serviços executados, emitindo o respectivo Termo de Recebimento Provisório ou documento equivalente.

13.7. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento da parcela (atesto da fatura/nota fiscal), conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro.

13.8. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será acrescido de atualização monetária, calculada desde a data em que o pagamento deveria ter sido efetuado até a data do efetivo pagamento.

13.9. O índice a ser aplicado corresponderá a correção monetária do SICRO/INCC, conforme a natureza da serviço.

13.10. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

13.11. No prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as diretrizes do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT.

13.12. Todas as diretrizes do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT deverão ser seguidas e aplicadas na gestão e fiscalização deste contrato.

13.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.15. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

- A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

13.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

13.17. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

13.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

13.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do Art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.20. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.22. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada

13.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.24. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.26. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.28. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

13.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.30. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

13.32. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão.

13.33. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)/365$  TX= Percentual de taxa anual= 6%.

## 14. FISCALIZAÇÃO

### 14. FISCALIZAÇÃO:

14.1. O DNIT indicará por meio de Portaria, um Gestor, um Fiscal Técnico, um Fiscal Administrativo e o Responsável Técnico da Supervisão, se houver, para representar a Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme Art. 6, incisos XXII e XXIII e Art. 117 da Lei nº 14.133/21.

14.2. As atribuições e responsabilidades do fiscal técnico e administrativo deverão ser cumpridas conforme previsto no Manual de Diretrizes para Gestão Acompanhamento e Fiscalização de Contratos Administrativos, do DNIT

14.3. A Administração deve designar formalmente um gestor e um fiscal para o contrato, sendo o gestor responsável pela coordenação das atividades, enquanto o fiscal acompanha a execução do objeto. A fiscalização deve ser técnica, administrativa e setorial, conforme Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo crucial que esses servidores tenham conhecimento sobre o objeto da contratação e sobre a legislação aplicável.

14.4. A Fiscalização se responsabilizará por verificar e validar a documentação de habilitação do licitante vencedor a cada medição mensal, incluindo a regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como a qualificação técnica a ser exigida no Edital da Licitação.

14.5. O acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO da execução do CONTRATO consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

- Os resultados alcançados em relação ao contratado;
- A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; e
- O cumprimento das demais obrigações decorrentes do CONTRATO na forma prevista na Lei nº 14.133/21, considerando instruções e alterações posteriores.

14.6. O servidor a ser designado como Fiscal do Contrato deve realizar uma reunião inicial com o preposto da empresa contratada, para alinhar as expectativas, apresentar o Manual de Operação e Manutenção, conforme a Resolução DAQ nº 9/2022, e esclarecer as obrigações de execução contratual.

14.7. Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 118 da Lei nº 14.133/21.

## 15. PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

### 15. PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO:

15.1. O prazo de vigência do contrato será de 39 (trinta e nove) meses, a contar da data de assinatura do contrato, tendo eficácia legal no primeiro dia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no Art. 107 da Lei nº 14.133/21.

## 16. GARANTIA CONTRATUAL

### 16. GARANTIA CONTRATUAL:

16.1. A Contratada será responsável pela garantia dos serviços executados, até que estes sejam recebidos definitivamente pela Contratante, fornecendo garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos dispostos no Art. 96, da Lei nº 14.133/21.

16.2. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato a preços iniciais com validade durante a execução do contrato e por mais 90 (noventa dias) após o término de vigência contratual, sob pena de decair o direito à contratação. Antes da assinatura do contrato, serão anexadas aos autos, declarações impressas relativas a consulta "online" do SICAF, acerca da situação da Licitante vencedora, que deverá ser repetida, todas às vezes, antes de cada pagamento dos serviços, ocorridos no decorrer da contratação.

16.3. Havendo irregularidades, estas deverão ser formalmente comunicadas à Contratada, para que apresente justificativas e comprovação de regularidade, sob pena de decair direito e/ou enquadrar-se nos motivos dos Arts 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.

## 17. REAJUSTE/REPACTUAÇÃO

### 17. REAJUSTE/REPACTUAÇÃO:

17.1. Caso decorra período superior a um ano contado a partir do mêsbase / data-base do orçamento, os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação dos índices utilizados pelo DNIT, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, com fundamento no art. 3º da Lei n. 10.192/2001.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DNIT

I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

17.4. Para itens de contratos que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembradas passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice. Aplica-se a Instrução de Serviço DG Nº 01, de 02 de janeiro de 2019.

17.5. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

17.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.7. Fica a Contratada obrigada a apresentar Memória de Cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

17.10. O reajuste será realizado por apostilamento

## 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Descumpridas as obrigações e condições da licitação/contratação previstas neste Termo de Referência, e/ou, no Edital, e/ou no Contrato, serão aplicadas as penalidades conforme hipótese e gradação descritas nos artigos 155, 156 e ss. da Lei nº 14.133, de 2021; aplicável, no que cabível, a Instrução Normativa DG/DNIT nº 06, de 2019 com as alterações efetivadas pela Instrução Normativa DG/DNIT nº 10, de 22 de agosto 2019 e pela

18.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a LICITANTE/CONTRATADA que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Serão aplicadas à Licitante/Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

- a. Moratória de 0,33% (trinta a três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- c. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- d. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- e. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 19.2, a multa será de 5% do valor do Contrato;
- f. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 19.2, a multa será de 15% do valor do Contrato;
- g. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 19.2, de 20% do valor do Contrato;
- h. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 19.2, a multa será de 3% do valor do Contrato;
- i. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 19.2, de 1% a 5% do valor do Contrato.

18.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.5. As sanções previstas nos subitens I, II, III do item anterior, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159).

18.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos contratualmente ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.13. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.15. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos.

## **19. CESSÃO DE CRÉDITO**

19. CESSÃO DE CRÉDITO:

19.1. A contratada poderá ceder os créditos decorrentes da execução deste contrato, desde que observadas as seguintes condições, conforme a IN nº 53/2020/ME, dependendo de autorização prévia e expressa da Administração contratante, que analisará a conveniência e a oportunidade da medida, após a comprovação da execução do objeto que originou o crédito.

19.2. A cessão deverá ser formalizada mediante Termo Aditivo ao contrato ou instrumento de cessão específico, devendo ser protocolada junto à Unidade Pagadora antes da data do respectivo vencimento.

19.3. A cessão de crédito não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais, permanecendo esta vinculada à execução do objeto e ao cumprimento de todas as cláusulas e obrigações previstas.

19.4. O cessionário submete-se às mesmas condições de pagamento impostas à Contratada, inclusive no tocante a eventuais retenções na fonte, multas aplicadas ou compensações por prejuízos causados à Administração.

19.5. O pagamento ao cessionário fica condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada no momento da liquidação da despesa, nos termos do Art. 6º da IN 53/2020.

19.6. É vedada a cessão de crédito que prejudique a execução do contrato ou que fira o interesse público, cabendo à Administração a decisão final motivada sobre o pedido.

## **20. TESTE**

### **20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

20.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Gestão/Unidade: 390071;**
- **Programa de Trabalho: Programa de Trabalho: 26.784.3005.20LN.0001 - Manutenção e Operação dos Terminais Hidroviários;**
- **Elemento de Despesa: 3.3.90.39.**

## 21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELLO VIEIRA LINHARES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 15:06:30.*

**LUIZ FELIPE MATIAS COELHO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 11:50:18.*

**RUTH CLEA CARMO DE SOUSA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:29:33.*

**AUGUSTINHO PINHEIRO DE LIMA JUNIOR**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 15:26:12.*